

Mudança de partitura

Logo após a vitória das Oposições em dez Estados no pleito de 15 de novembro do ano passado, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse que a rotatividade no poder era possível. O que jamais mudaria seria a política econômico-financeira. Aí foi que errou.

A política econômico-financeira constituiu a única unanimidade nacional, merecendo pedras de gregos e troianos. Talvez mais dos pedessistas que são eles que pegam no rabo da macaca. São obrigados a ir ao plenário do Congresso ou à televisão defender medidas que rejeitam e que foram baixadas à sua revelia.

Além do mais, o modelo vigente é bananeira que deu cacho. Já deu o que tinha de dar. Só vai viver o estrito espaço de tempo em que sobreviverem os últimos resquícios de autoritarismo que ainda manietam o Congresso e submetem a classe política. Em regime de plenitude democrática, não dura um mês.

A política econômico-financeira, implantada a partir de 1964, veio para comprimir o consumo através da redução real dos salários, a fim de aumentar a poupança interna, para internacionalizar nossa economia e ampliar o mercado externo. Abriamos as janelas, como diria Geisel, e as portas, para o mundo. Tal projeto, tá na cara, somente poderia vingar pela imposição. Agüentou-se, pois, até hoje, graças aos Atos Institucionais, a repressão e à sua velocidade restante. Requer somente uma eleição livre para ser remetida aos porões da História.

Deve-se reconhecer que ela gerou êxitos aparentes. O que ocorreu quando havia liquidez internacional. Muito dinheiro sobrando nos bancos que queriam porque queriam empurrá-los goela a baixo da Nigéria, do México, da Venezuela, da Argentina e do Brasil, os patos do mercado. O petróleo era então mais barato que água mineral. Ocorreu, então, o chamado milagre brasileiro. Naquele embalo, o

Brasil ignorou a mudança da conjuntura internacional, a alta do combustível, proclamou-se ilha de prosperidade e tocou obras faraônicas, sem qualquer interesse para a qualidade de vida do povo. Com dinheiro emprestado. Dizia-se, àquela época, para consolar os trouxas, que o bolo cresceria de tal sorte que terminaria dando para todos. Não deu. Solou. Além disso, ninguém come o cimento armado da ponte Rio-Niterói ou os quilowatts que estão sobrando em Itaipu. Pois é. Além de queda, coice. Os investimentos faraônicos, à base do projeto de transformar o Brasil em potência até a boquinha do terceiro milênio, deram em nada. Mas a conta está aí para que todos a paguem. Ela fala da irresponsabilidade de nossos autocratas e do esgotamento do modelo econômico-financeiro. Que tem a rejeição da sociedade brasileira, sem qualquer exceção notável.

16 JUN 1983
Uma dívida de quase cem bilhões de dólares, a submissão humilhante aos inspetores do FMI, a inflação a caminho dos duzentos por cento ao ano, a ameaça de convulsão social e de instabilidade política — só não levam Roberto Campos, Mário Simonsen e Delfim Netto à confissão de culpa porque, integrados em credos anglo-saxônicos, não crêem na purgação da catarsis. Nas vantagens da expiação das culpas pela sua expiação pública, segundo o catolicismo ibérico, transportada para o trópico.